



MASSANGANO:
avanços e obstáculos na conquista da reforma agrária em Alagoas

José Nascimento de.França*

RESUMO

O presente trabalho é resultante de pesquisas de iniciação científica realizadas no período de 1991 a 1995, em Maragogi, Alagoas. Os objetivos foram: verificar os avanços e obstáculos à construção da reforma agrária no Assentamento Massangano, filiado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Utilizamos o Método do Estudo de Caso. O Assentamento representa um avanço na reforma agrária em Alagoas, garantindo aos assentados o direito constitucional à propriedade da terra para prática da agricultura familiar. As ameaças sofridas pelo Assentamento não invalidam que o mesmo se constitua numa vitória dos trabalhadores rurais em Alagoas.

Palavras-Chave: Reforma Agrária. Assentamento. Alagoas

ABSTRACT

The present paper is a result of scientific initiation researches realized in the period of 1991 to 1995, in Maragogi, Alagoas. The objectives were: to check upon the advances and obstacles to the construction of the agrarian reform in the Massangano Encampment, affiliated to the Landless Rural Workers Movement – MST. The encampment represents an advance of the agrarian reform in Alagoas, assuring the encamped the constitutional right to land property for the practice of familiar agriculture. The threats the encampment suffers does not deprive them from having victory the rural workers in Alagoas.

Keywords: Agrarian Reform. Encampment. Alagoas

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que embasou a elaboração do presente trabalho teve como objetivo principal verificar os avanços e os obstáculos à construção da reforma agrária no Assentamento Massangano em Maragogi, Alagoas. Para atingirmos esse objetivo definimos o Método do Estudo do Caso, uma vez que investigamos uma única realidade: o processo da reforma agrária no assentamento Massangano. Lidamos com dados basicamente qualitativos, o que nos possibilitou elucidar o objeto do nosso estudo, a partir dos procedimentos metodológicos indicados por Menga & André (1986). A reforma agrária, tema que foi objeto no nosso curso de doutorado em lingüística (França: 2000), é uma questão crucial para a sociedade brasileira, uma vez que só através da consolidação da mesma é, que o povo brasileiro poderá superar a pobreza e a miséria a que estão submetidos, assim como avançar no processo de consolidação da democracia e o seu possível desdobramento na construção de uma democracia socialista.

* Universidade Federal de Alagoas – UFAL

O trabalho está constituído dos itens e subitens relacionados a seguir. Item 1, INTRODUÇÃO, no qual situamos a questão estudada e a forma como foi realizada a pesquisa que fundamenta o presente texto. Item 2, intitulado A REALIDADE DO ASSENTAMENTO MASSANGANO, o qual consta de três subitens; o primeiro, intitulado Visão Geral, onde realizamos uma breve caracterização do Assentamento Massangano e do município de Maragogi, além de uma análise das condições objetivas e subjetivas do Assentamento, no segundo subitem, Avanços da Reforma Agrária, tratamos das conquistas objetivos e subjetivos dos assentados; já no terceiro subitem, denominado Obstáculos à Reforma Agrária, abordamos as várias dificuldades internas e externas que foram enfrentadas pelos parceleiros e que dificultaram a consolidação do Assentamento enquanto unidade socioeconômica rentável. No item 3, CONCLUSÃO, tratamos sobre as principais descobertas a que chegamos com a pesquisa realizada.

Finalmente registramos no item 4, REFERÊNCIAS, os principais autores e obras a que recorreremos para elaborar o presente trabalho.

2 REALIDADE DO ASSENTAMENTO MASSANGANO

2.1 Visão Geral

O Assentamento Massangano se constitui num dos dezesseis existentes no município de Maragogi, situado no litoral norte de Alagoas. O mesmo tem um caráter atípico, uma vez que cerca de 90 % dos seus parceleiros já residiam no local, antigo engenho Massangano, não havendo participado nas lutas pela reforma agrária. Este município, caracterizado como uma região turística, possui alguns hotéis de luxo e limita-se ao norte com o estado de Pernambuco. Maragogi vivenciou nas duas últimas décadas uma profunda crise na sua economia açucareira resultando na falência de algumas usinas da região. Um Assentamento de Reforma Agrária é concebido por Estévez, citado por Moraes (2003; 170) como a “Fase final do movimento Migratório no qual a família emigrada se fixa, se estabelece permanentemente ou adquire imóvel no lugar da nova residência”.

Nesse período os movimentos sociais no campo começaram a se fortalecer através da organização de vários acampamentos, cujos membros começaram a desenvolver ações pela efetivação da reforma agrária, tendo conquistado algumas de suas reivindicações. Nesse período Maragogi se constituiu num dos principais palcos desta luta, sendo hoje o município que conta com o maior número de assentamentos de reforma agrária.

O assentamento Massangano conta com 130 famílias, as quais só depois de quatro anos de terem conquistado a terra, conseguiram a demarcação de seus lotes pelo

Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nas dimensões de quatro a seis hectares insuficientes para garantir a reprodução das famílias dos trabalhadores rurais. Na demarcação dos lotes o INCRA incluiu as margens dos riachos que cortam o Assentamento, as áreas impróprias para o cultivo da lavoura de subsistência além de resíduos da Mata Atlântica.

O Assentamento está situado relativamente próximo a cidade Maragogi comunicando-se com a mesma através de uma estrada vicinal de barro, a qual fica intransitável durante grande parte do inverno devido às inundações dos riachos que a cortam, dificultando a comunicação dos parceiros com a zona urbana de Maragogi, assim como, o escoamento da produção agrícola do Assentamento.

Está constituído de três agrovilas numa das quais existe uma escola de ensino fundamental que atende apenas aos alunos da primeira a quarta séries, os de quinta a oitava séries, além dos alunos do ensino médio, utilizam o transporte da prefeitura, para estudarem na sede do município. Essa questão é de suma importância, já que a grande maioria dos assentados é semi-alfabetizada.

Quanto à questão da assistência a saúde o Assentamento conta apenas com uma visitadora sanitária a qual realiza seu trabalho de acompanhamento familiar de forma bastante deficiente; os problemas de saúde dos assentados são atendidos num Assentamento Costa Dourada, nas cidades de Maragogi e Maceió ou, ainda, em Recife no estado de Pernambuco.

Todas as agrovilas contam com luz elétrica e apenas uma delas com um telefone público. Nenhuma delas conta com locais adequados para a convivência e recreação das famílias assentadas.

A grande maioria dos parceiros, por imposição do INCRA, desenvolveu a cultura do côco; outros, por já estarem acostumados com o cultivo da cana-de-açúcar, continuaram o seu cultivo; uma minoria vendeu seus lotes enquanto um percentual razoável dos assentados cultivam, a lavoura de subsistência, a banana comprida e outras espécies de árvores frutíferas. Além dessa produção agrícola, algumas famílias criam animais de porte pequeno, gado, eqüinos e muares de baixa qualidade genética.

Politicamente o município foi dominado durante quarenta anos, através de pressões políticas e da prática do assistencialismo, por uma única família a qual foi substituída, na última eleição, por um representante dos partidos democrático-progressistas.

2.2 Avanços da Reforma Agrária

Para compreender as questões que permeiam o entendimento do significado da reforma agrária ao nível dos assentamentos, foi necessário o estudo das contradições existentes entre a fundamentação teórica e a prática da reforma agrária.

Para o MST(1998;20) a reforma agrária representa, começa necessariamente pela democratização da propriedade da terra e dos meios de produção, base para qualquer mudança social efetiva.

Com o presente conceito o MST concebe a reforma agrária como um processo de transformação social profunda do Brasil, qual objetiva a construção de uma “sociedade: igualitária e socialista” contribuindo, portanto, para a superação da estrutura capitalista prevalecente na sociedade brasileira, (idem p 19).

Para Flores, citado por Moraes (2003;143), a reforma agrária É uma medida Revolucionária que faz passar de um grupo da comunidade outro, o poder, a propriedade e a influencia social.

Conforme Flores (Op.Cit.) a reforma agrária se constitui num processo de transformação da sociedade, implicando aspectos políticos, sociais e econômico e direcionado para a transição do poder da classe dominante para a dominada.

Nesse aspecto pudemos perceber uma série de avanços no Assentamento Massangano sem que, necessariamente, esses avanços se aproximassem dos princípios e objetivos da reforma agrária concebidos pelo MST(Op. Cit.); no entanto o Assentamento representa um avanço na consolidação da reforma agrária em Alagoas, garantindo aos assentados, o direito constitucional à propriedade da terra conforme o Art. 5º da Constituição Federal de 1988, a qual assegura que

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
[...] Brasil (1988)

Outro aspecto importante é a forma como os encaram o fato de haverem se tornado “proprietários de terra”. O entendimento desta realidade subjetiva foi recuperado através da categoria de representação social que, segundo Moscovici (2003:61), “é uma instância intermediária entre conceito e percepção; que ela se situa sobre dimensões de atitudes; que ela contribui para a formação das condutas e a orientação das comunicações sociais”. Os assentados passaram a se autoconceber como proprietários, donos de terra, portanto, semelhantes aos Proprietários de Terra que foram seus Exploradores. Os parceiros conquistaram habitações em condições melhores do que as antigas, próprias ou

alugadas, nas periferias das médias e grandes cidades. Os membros do Assentamento passaram também a ter acesso ao crédito financeiro conduzindo-os a uma melhora substancial no tocante ao consumo de alimentos e bens duráveis. Tudo isso fez com que eles se auto concebessem como cidadãos portadores de direitos sociais. No entanto, como vivemos numa sociedade capitalista onde a ideologia dominante é a burguesa (MARX & ENGELS;1987) a representação de proprietário dos parceleiros é pequeno-burguesa, objetivando se tornarem proprietários burgueses. Esses elementos nos permitem inferir que havendo se tornando proprietário de terra e não tendo assimilado a ideologia do proletariado, proposta pelo MST, à grande maioria dos parceleiros não sentem necessidades de continuar a luta pela reforma agrária.

Politicamente o assentamento fez um pequeno avanço ao introduzir as eleições diretas para a diretoria do Assentamento; antes da nossa atuação investigativa e político-pedagógica só os parceleiros, na sua grande maioria, do sexo masculino podiam participar dessas eleições ficando as mulheres e os jovens excluídos desse processo.

2.3 Bloqueios à Reforma Agrária

Apesar das conquistas dos parceleiros pudemos constatar que as vitórias na realização da reforma agrária não significam um avanço democrático e socialista no Assentamento, conforme defende o Programa de Reforma Agrária do MST (1998); mesmo a integração ao mercado capitalista bastante deficiente. Esse fator, certamente está relacionado com o diminuto tamanho do lote de cada parceleiro, assim como, o deficiente nível de organização social política e produtiva dos assentados; tanto o MST quanto INCRA e os Bancos oficiais não garantiram uma assistência técnica eficiente e permanente para o Assentamento.

Pudemos constatar algumas irregularidades nos assentamentos. Os primeiros anos do mesmo foram exercidas pressões por técnicos do INCRA no sentido de que os parceleiros comprassem mudas de côco da Bahia por um preço acima do valor de mercado, ficando os parceleiros de subsistência, que não aceitassem essa imposição impossibilitados de ter acesso ao crédito relacionado com o plantio da lavoura. Num segundo momento houve pressões de técnicos do mesmo Órgão, no sentido de que os parceleiros recebessem financiamento para melhoria habitacional condicionada ao apoio político aos candidatos dos técnicos, o que resultou na passagem da condução política do Assentamento de um movimento para o outro, além da prática de recebimento de propinas por parte de alguns dirigentes do Assentamento e do favorecimento de algumas firmas empreiteiras.

Constatamos também a prática de queimadas e derrubadas de requisição da Mata Atlântica as quais nunca foram apuradas, além da existência da caça e da pesca predatórias. Tivemos, ainda, informações sobre uma série de desfalques e cobranças indevidas aos parceiros realizados por alguns dirigentes do Assentamento. Mesmo num percentual pequeno, há registros na sede do INCRA da venda de lotes por parte dos parceiros.

Registramos, também, a interferência indevida do poder local na escolha dos dois últimos dirigentes do Assentamento; nesse caso, dois candidatos a presidente da associação dos assentados foram apoiados pelos dois candidatos a prefeito do município, em contrapartida, os candidatos a presidente da associação mobilizaram os assentados para apoiarem seus candidatos a prefeitura, em troca de favores pessoais. O que revela o descompromisso de alguns dirigentes da associação dos Assentados para com a preservação ambiental.

Os vários problemas enfrentados pelo Massangano estão correlacionados, certamente, com a cultura e a política alagoanas as quais têm seu fundamento no latifúndio e monocultura da cana-de-açúcar.

3 CONCLUSÃO

O Estudo de Caso realizado possibilitou elucidar o nosso objeto de estudo, assim, a conquista do Assentamento por parte dos trabalhadores sem terra, representou uma vitória para os mesmos, e para o MST, uma vez que a conquista da terra possibilitou aos mesmos uma considerável melhoria nas suas condições de vida e uma vitória política do MST na luta pela conquista da reforma agrária em Alagoas.

A pesquisa realizada nos proporcionou um maior conhecimento da realidade estudada, através não só dos aspectos teóricos, mas do contato com o cotidiano rural, aprofundando, assim, a nossa conscientização quanto à necessidade de se trabalhar as questões objetivas e subjetivas que dificultam a implementação da reforma agrária.

Este contato com os assentados ocorreu com uma grande receptividade por ambas as partes, o que foi de extrema importância para a nossa motivação e compromisso ético com os assentados, em especial com o seu projeto democrático popular, conforme está explicitado no Código de Ética do Assistente Social. (1903). O trabalho desenvolvido permitiu, também, uma aproximação com os Assentamentos Samba e Itabaiana, localizados nas proximidades do Massangano.

A maioria dos parceiros abandonaram a luta pela terra, alegando não ter tempo para continuar com a mesma. Essa posição pode ser explicada pelo fato de que 90

% dos assentados não terem lutado pela conquista do Assentamento. Esse fato foi, certamente, agravado pela falta de acompanhamento político-pedagógico dos parceiros por parte dos dirigentes do MST. Este é, certamente um dos fatores pelos quais os assentados, não assimilaram suficientemente os princípios e objetivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Também um baixo nível de consciência coletiva e ambiental, um alto nível de individualismo, machismo e submissão entre os parceiros. Esses bloqueios dificultaram às ações na tentativa de se quebrar as cristalizações das concepções geradas pelo sistema capitalista no Assentamento.

A diretoria do Assentamento inicialmente apresentava uma boa integração o que não perdurou após as últimas eleições municipais devido à divisão dos assentados. A proposta do novo presidente do Assentamento de voltar à monocultura da cana-de-açúcar, proposta por um grande proprietário e alguns dirigentes municipais, vendendo a mão-de-obra do pequeno agricultor familiar para os latifundiários, demonstra o não comprometimento com a viabilização do projeto de Reforma Agrária proposto pelo MST, que até então, havia sido defendido pelas diretorias anteriores do Assentamento. O presidente do Assentamento demonstrou um descompromisso com a preservação do meio ambiente, ao sugerir a plantação de eucaliptos para embelezar os agrovilas e não tomar nenhuma providência face aos desmatamentos tirando, inclusive, proveito deles.

O desligamento do Assentamento do MST e a sua filiação ao Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra - MLST, dentro da nossa perspectiva, sem desmerecer nenhum dos dois movimentos, representou um retrocesso na luta pela Reforma Agrária e pela conscientização dos moradores, visto que desde a escolha pelo movimento e do recolhimento das assinaturas, o processo foi realizado sem esclarecimento a população. Contudo, apesar de todas as dificuldades, o Assentamento Massangano representa um avanço dos Trabalhadores sem Terra na Luta pela concretização da Reforma Agrária em Alagoas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - 18ª edição. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações, 2002.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Rio de Janeiro, s/e, 1993.

FRANÇA, José Nascimento de. A Democracia no Discurso dos Trabalhadores Rurais Sem terra, elementos lingüístico-ideológicos. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2000.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã (Feuerbach). 6º edição. Ed. Hucitec, São Paulo, 1987.

MORAIS, Clodomir de. Dicionário de Reforma Agrária: América Latina. Porto Velho: Edufro, 2003.

MOSCOVICI, Serge. A Representação Social da Psicanálise. Zahair Editores. Rio de Janeiro, 1978.

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Programa de Reforma Agrária. São Paulo, 1998.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.